



# Religião e cultura popular

Victor Vincent Valla (org.)  
Carlos Alberto Steil  
Regina Reyes Novaes  
Maria das Dores Campos Machado  
José Flávio Pessoa de Barros

# **O que a saúde tem a ver com a religião?**

*Victor Vincent Valla*

Este texto é uma conversa com os professores do primeiro e do segundo graus da escola pública sobre a questão da religiosidade popular. Certamente surgirá a pergunta: o que esses professores têm a ver com a questão da religiosidade popular, principalmente se a escola é pública e laica? A Constituição reza a separação da religião do Estado, e que os dois campos não devem se misturar. Mas não propor a inclusão da discussão da religião no currículo da escola pública não deve significar que os professores não tenham nenhum contato com a discussão da questão religiosa.

Se muitos dos alunos têm uma relação íntima e diária com a religião, não seria importante que seus professores procurassem compreender melhor que fenômeno é esse que afeta tanto a vida das classes populares no Brasil (isto é, em grande parte, os pobres e humildes das periferias urbanas e áreas rurais)? Não seria uma questão de subsídios para os conteúdos,



principalmente de história, ciências sociais, ciências e os conteúdos sobre a relação saúde-doença?

Estamos propondo fazer uma ponte entre a discussão da saúde e a da religião. Neste sentido, se, por um lado, no currículo escolar não cabe a discussão da religião, por outro, deveriam caber outras concepções da relação saúde-doença além do modelo hegemônico de biomedicina.

E quantos são os preconceitos de todos nós sobre as religiões que as famílias dos nossos alunos professam? E quantas são as incompreensões através de categorias como “alienação” e “manipulação” onde as classes populares são tratadas como quadros-negros vazios esperando que nós depositemos os conteúdos através de uma educação “bancária”. Pesquisadores e pensadores como Marilena Chaui e José de Souza Martins vêm afirmando nos seus livros que as classes populares produzem um conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo através da cultura popular. Muitos de nós (este autor incluído) trazemos conosco uma formação que vê as classes populares como incapazes de tomar suas próprias decisões porque não tiveram acesso ao primeiro e segundo grau de escolaridade.

O intuito deste artigo, então, é compreender por que parcelas cada vez maiores das classes populares procuram as igrejas de todas as denominações. Para tentar responder a essa pergunta, é necessário contextualizar a atual conjuntura na América Latina e principalmente no Brasil.

## **É possível superar a pobreza na América Latina?**

No momento em que este texto está sendo elaborado, os jornais noticiam o que seria o início de um longo crescimento econômico no Brasil, com o governo federal apontando com otimismo para uma luz no fim de um túnel longo e escuro. No entanto, uma leitura mais cuidadosa, além das manchetes, revela que o crescimento econômico, juntamente com produção e exportação maiores, não significa necessariamente melhores condições de vida para as classes populares. Dentro do que se chama de modelo “capitalista técnico-científico”, através de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra – automação juntamente com uma informática que se modifica com mais rapidez todo ano – está sendo gestado o que alguns chamam de desemprego estrutural. Isso significa que quando muitos perdem seus empregos, não são necessariamente substituídos por outros trabalhadores, mas que as vagas até então ocupadas desaparecem.

Tende então a crescer o número de homens e mulheres que não têm acesso a um emprego. Não entra em discussão termos como “preguiça”, “fazer um esforço para achar um emprego”, pois simplesmente não existem mais empregos com garantias sociais de saúde, férias, horas extras etc. para um grande número de brasileiros, ou mesmo de latino-americanos. Até um trabalho remunerado, mas sem garantias sociais, está ficando raro, fazendo com que seu valor tenda a ficar baixo.



Se já é comum ouvirmos os pobres dizendo que dificilmente sua situação mudará durante sua vida, atualmente cresce o número de intelectuais e pesquisadores que começam a concordar com o que foi compreendido como “pessimismo” de quem não estudou suficientemente. Hoje essa situação tem um nome: miséria radical, e não há evidências de que a situação dos pobres se modificará, principalmente num país onde o governo federal utiliza 65% do Produto Interno Bruto para pagar a dívida externa. Num debate recente, uma secretária municipal de educação, de um governo do Partido dos Trabalhadores, explicou para uma platéia de alunos por que os mandatos do PT eram tão premiados pela Unesco. A explicação estava no fato de que os governos petistas sabiam melhor desconcentrar a miséria, distribuir a pobreza, mas não eliminá-la.

Instrumentos históricos como a “revolução” ou a “transição para o socialismo” tendem a ser vistos como quase impossíveis devido à hegemonia norte-americana na economia e no campo militar. Alguns analistas políticos vêem a Guerra do Golfo mais como uma demonstração de força do governo norte-americano, num mundo sem a União Soviética, do que um gesto para defender o Kuwait contra a agressão do Iraque. Outros entendem que o Plano Colômbia não seria apenas uma proposta militar norte-americana para tentar abafar o movimento dos exércitos revolucionários na Colômbia, mas um ponto de partida para a “internacionalização” da Amazônia e um controle maior sobre as economias e vidas políticas dos países latino-americanos, através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

A análise da conjuntura atual, dessa forma, não pode ser vista como um convite ao pessimismo mas, sim,

como um indicativo de que as mudanças que vão ocorrer na sociedade latino-americana, em particular para nós, têm que ser pensadas neste contexto e não num contexto que queríamos que acontecesse. Cabe concordar com o professor Milton Santos, para quem a saída dessa crise passa justamente pelas classes populares. Conhecido como um dos mais importantes cientistas do mundo, esse brasileiro fez a seguinte afirmação numa palestra recente na Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz: “Na reconstrução do Brasil, cabe a crença que o caminho a ser seguido vai ser indicado pelas classes populares”.

## **Situando o quadro da saúde pública neste contexto**

À luz da discussão acima apresentada, podemos tentar pensar o quadro da saúde pública do país e as condições de saúde das classes populares. Certamente a vasta rede de saúde pública – de centros municipais de saúde e de hospitais públicos – é de importância fundamental para as condições de vida das classes populares. A demanda, no entanto, é tão grande que questões como acesso a serviços e resolubilidade das queixas fazem com que as consultas tenham uma duração de aproximadamente cinco minutos. E por essa razão, os profissionais têm condições limitadas de atender um problema que vem sendo levado pelas classes populares aos serviços de saúde. Trata-se de uma queixa identificada pelo nome de “sofrimento difuso”. Alguns profissionais comentam que de cada dez pacientes, seis apresentam o sofrimento difuso.



Certamente não é uma queixa nova, mas algo que está crescendo no país. Uma queixa sobre dores de cabeça, dores em outros locais do corpo, medo, ansiedade – sintomas para quais o sistema de saúde não tem nem tempo ou recursos para tratar. O resultado é a medicalização do problema. Na Argentina, a dra. Sylvia Bermann constata que mais de 50% dos medicamentos indicados são psicofármacos, e alguns especialistas calculam que a porcentagem é mais alta no Brasil – para tratar o que as classes altas e médias chama de ansiedade ou estresse, e as classes populares de “nervos”.

Há, então, determinados limites do alcance do sistema de saúde pública, fazendo com que a população busque saídas para as suas queixas. É como diz a professora Madel T. Luz: ninguém, na realidade, é satisfeito com os serviços de saúde – sejam públicos ou privados – mas as classes altas e médias têm mais acesso a recursos para lidar com suas queixas.

## **Apoio social e saúde**

Nos Estados Unidos e nos países da Europa, problemas semelhantes existem há alguns anos. Alguns profissionais norte-americanos, preocupados com as queixas da população sobre sua insatisfação com os serviços públicos de saúde naquele país, desenvolvem experiências e investigações sobre outras concepções da relação entre saúde e doença. Pois o atual modelo biomédico, hegemônico nos Estados Unidos e no Brasil,

tem sua origem na descoberta de como superar as doenças que surgiram a partir de infecções. E, como todos sabem, com muito sucesso. O problema, como Ivan Ilich constatou anos atrás, é que a medicalização da infecção acabou sendo o caminho apontado para muitas queixas, produzindo o que alguns chamam hoje de “medicalização da sociedade”, sem necessariamente resolver problemas como o do sofrimento difuso. Na tentativa de solucionar esse problema, foram levantadas algumas hipóteses. Uma delas é que, num primeiro momento, a origem das doenças estaria muito mais relacionada com as emoções do que com as bactérias ou os vírus.

O raciocínio desenvolvido era que uma relação desequilibrada entre os homens e o meio ambiente (entendendo que os homens fazem parte do meio ambiente) seria o responsável pelo surgimento da doença. Mais do que uma entrada no corpo humano de uma bactéria ou um vírus, o início de uma doença estaria relacionado com uma reação emocional do homem, hoje causada freqüentemente pelo que se chama de estresse. A dra. Sylvia Bermann nos aconselha, no entanto, a não deixar a palavra estresse escamotear questões importantes, especialmente com relação às classes populares. Há o perigo de transformar a palavra “estresse” num termo genérico, fazendo com que todos aparentemente sofram do estresse da mesma forma. Pois há uma diferença grande entre uma pessoa rica perder muito dinheiro num jogo de cartas e um pobre tentar dormir sabendo que provavelmente haverá um tiroteio entre narcotraficantes e polícia perto de seu barraco na favela.



Trabalhar 10 a 12 horas por dia, num ambiente insalubre, sem carteira assinada, sem proteção social de um plano de saúde e sem garantia de que o trabalho executado vai continuar amanhã, é um processo de estresse que mais provavelmente vai terminar em doença. Os estudiosos dessa hipótese levantam a idéia de que o desequilíbrio emocional produzido pelo estresse tende a se concentrar num dos órgãos do corpo e, à medida que o estresse se manifesta, castigar esse órgão.

Segundo o dr. B. S. McEwen, o estresse é causado por um estilo de vida em que as pessoas estão sistematicamente expostas às agressões de ordem física e psíquica. O “susto contínuo”, comum às classes populares que vivem em condições de pobreza e violência, ainda segundo McEwen, faz com que grandes quantidades de adrenalina sejam lançadas no corpo, quando, na realidade, essa adrenalina deveria ser usada em momentos especiais de emergência. As filosofias orientais nos ajudam quando afirmam que há uma relação dos órgãos com sentimentos, que determinadas doenças se relacionam com determinados sentimentos: por exemplo, o rim com o medo, o fígado com a raiva, o pulmão com a tristeza.

Os investigadores responsáveis pela elaboração da teoria do apoio social trabalham com a premissa de que se a origem da doença está relacionada com a questão das emoções, então sua resolução também estaria relacionada com as emoções, dessa forma indicando que tal teoria inclui a idéia antiga da unidade corpo-mente. A proposta central do apoio social é melhorar a saúde das pessoas envolvidas em grupos diversos (associação, vizinhança, igreja, por exemplo). Esse apoio normalmente se passaria entre pessoas que se conhecem e de uma

forma sistemática, razão pela qual freqüentemente está envolvida uma instituição ou entidade.

Mesmo assim, uma das primeiras experiências com essa proposta ocorreu alguns anos atrás na Cidade de Guatemala, numa grande maternidade que fazia em torno de 24 partos diariamente. Separando as gestantes em dois grupos, foi oferecida a um grupo de doze mulheres uma acompanhante trazida de um bairro popular da cidade. Sem qualquer orientação, a não ser “tomar conta da gestante”, as acompanhantes cuidavam das mulheres no dia antes do parto, no dia do parto e no dia após o parto. Mesmo com as gestantes não tendo conhecimento prévio dessas acompanhantes, os resultados foram surpreendentes, pois os partos foram mais bem-sucedidos e tiveram menos problemas do que os das gestantes que não foram acompanhadas. Experiências semelhantes ocorrem hoje através de voluntárias em hospitais públicos em São Paulo.

No início das investigações de quem trabalhava com a teoria do apoio social, deu-se muita atenção à vida dos idosos nos Estados Unidos. Uma pessoa da terceira idade com condições satisfatórias de saúde passaria provavelmente a contrair uma doença a partir de determinados baques emocionais, como a perda do(a) companheiro(a), a descoberta da incapacidade de trabalhar, ou a perda de uma residência onde havia morado por décadas. Os idosos inseridos em redes de apoio social tinham menos chances de adoecer a partir desses problemas por contarem com um apoio emocional contínuo. Uma das hipóteses levantadas no Brasil é que se ocorrem esses tipos de eventos na vida dos idosos num país desenvolvido, seriam também comuns a grande parcela das classes populares numa região como a América Latina e num país como o Brasil:



perda de entes queridos por violência, os crescentes índices de desemprego e/ou trabalho com remuneração vil e a conseqüente obrigação de não contar com residência própria e tampouco fixa.

Na realidade, a lógica atrás da teoria do apoio social é a mesma que sustenta as chamadas propostas alternativas em saúde. Fala-se das “chamadas alternativas”, porque a palavra “alternativa” suporia que há uma referência para qual as outras propostas seriam alternativas. Na verdade, o modelo biomédico é mais uma das propostas existentes sobre a relação saúde-doença.

Neste sentido, o debate aponta também para uma mudança de currículo do primeiro grau, principalmente nas séries quinta à oitava, onde poderia ser desenvolvida uma discussão sobre concepções diferentes da relação saúde-doença, e as vantagens e desvantagens de cada proposta. Certamente, os setores de emergências sendo vistos como absolutamente necessários para a implementação da biomedicina para acidentes de trânsito, por exemplo, enquanto uma lógica de apoio social para doenças crônicas e sofrimentos difusos. O importante, neste ponto, é que o currículo permita que as várias relações saúde-doença sejam explicitadas.

Praticamente todas as pessoas sofrem de uma forma ou de outra deste fenômeno de estresse. Por contarem com mais recursos, as classes média e alta buscam saídas para suas queixas de sofrimento difuso que geralmente não são acessíveis às classes populares de poucos recursos. A maioria das propostas conhecidas como “alternativas” – meditação, yoga, tai chi chuan, terapias das mais variadas formas – são normalmente

oferecidas na esfera privada a preços que as classes populares não podem pagar. Além disso, as próprias terapias propostas normalmente seguem uma lógica voltada para as condições de vida das classes média e alta.

Embora não se pretenda negar os processos de estresse que ocorrem entre membros das classes média e alta, deseja-se chamar atenção para o fato de que as classes populares nas grandes cidades tendem a sofrer um processo de estresse muito mais intenso. A vereadora Jurema Batista, do Rio de Janeiro, pergunta se há remédio para pressão arterial alta quando o helicóptero da Polícia Militar sobrevoa a favela procurando componentes do narcotráfico. Um engarrafamento no trânsito pode significar pequenas irritações para a classe média, mas para o morador da favela a origem do estresse está freqüentemente relacionada, por exemplo, à contínua falta de água, às quedas freqüentes na voltagem elétrica e conseqüente danificação dos eletrodomésticos ou à violência.

Uma das propostas para o combate ao estresse é a introspecção e meditação. Embora teoricamente a prática de meditação não seja impossível em qualquer circunstância, certamente um lugar relativamente espaçoso e quieto facilita a concentração. Normalmente o período de meditação mais curto, uma hora, é dividido em duas partes: meia hora de leitura para fazer a passagem da rua para a sala de meditação, e meia hora de meditação de fato. Uma tarefa difícil para quem trilha o que Chaui chama de "caminho estreito", isto é, uma vida de pouco dinheiro, espaço e tempo livre.

Num país cujos serviços de saúde são tão moldados pelo modelo biomédico, dificilmente as atividades

propostas na área de saúde alternativa são do setor público, dessa forma exigindo algum tipo de pagamento. Embora não seja impossível que atividades de apoio social sejam desenvolvidas numa unidade de saúde pública – grupos de discussão, relaxamento muscular ou meditação – profissionais de saúde mais críticos afirmam que esse tipo de atividade é visto por muitos colegas como formas de “fugir do trabalho”.

O estresse é causado pelo que os profissionais chamam de “superexcitação do organismo”, e “carga alostática” é o nome que McEwen dá ao conjunto de indicadores de estresse. O que importa nessa discussão é que uma grande parcela das classes populares está exposta ao que é chamado por Valla e Stotz de “um estado de emergência permanente”. A grande imprensa tende a definir o termo “emergência” como um acontecimento passageiro – um blecaute ou um enchente, por exemplo. Uma vez que a água deixe de cobrir os automóveis, ou que a luz elétrica volte, para a grande imprensa terminou a emergência. Mas as condições de vida para muitos moradores de favela indica esse estado de emergência permanente: distribuição irregular de água, difícil acesso às unidades de saúde, exposição permanente às balas “perdidas” ou ganhar a sobrevivência através do mercado informal em processo de saturação.

Salvo engano, não está muito desenvolvida no Brasil a discussão do que seria uma dieta moderada e prudente para as classes populares, levando em conta os custos e as questões culturais. As recomendações que os médicos fazem sobre uma dieta moderada e prudente como também de exercício físico sistemático esbarram em obstáculos relacionados com as condições de vida



das classes populares. Jogar futebol no domingo à tarde não parece corresponder à idéia de exercício físico sistemático. Mesmo assim, McEwen lembra que essas recomendações não são suficientes em muitos casos, se não houver como agir na causa imediata do problema, pois o estresse tem causas sociais complexas, que não podem ser resolvidas pela medicina, como a pobreza, más condições de trabalho ou o ambiente poluído. McEwen acrescenta que pesquisas mostram que quanto mais pobre uma pessoa, pior é sua saúde, não importando se ela tem ou não acesso a tratamento médico.

Como ser menos competitivo e ansioso, recomendação dos terapeutas como forma de reduzir o estresse, num mundo onde as ofertas do trabalho formal estão rapidamente declinando e onde o mercado informal está se saturando? Assumir uma postura desarmada, franca e aberta, outra recomendação de terapeutas da classe média, relaciona-se pouco com uma grande parcela da população que, como forma de sobrevivência, emprega uma linguagem permeada do “duplo código”, onde o “dizer e desdizer” na mesma frase é uma constante.

Numa recomendação genérica, alguns terapeutas chamam atenção para a importância do desabafo e do não “engolir sapos”, pois assim, em vez de expulsar o veneno do corpo, faz com que ele seja acumulado e expulso de outras formas. Mas o que pode significar “engolir sapos” ou desabafar para a maioria das classes populares? Desabafar na hora pode resultar em vários desfechos para as classes populares: pode significar perder o emprego, seja no trabalho da fábrica, seja como empregada doméstica. Numa cultura machista,

desabafar na hora, ou seja, “não engolir sapo”, “não levar desaforo para casa”, pode terminar num enfrentamento com fim incerto.

O que parece evidente é que a crise do “acesso aos serviços” é apenas um dos problemas que os pobres enfrentam com relação à saúde. Se a prevenção, o tratamento e a recuperação não são apenas questões do corpo e sim, como propõe a teoria do apoio social, são questões da unidade corpo-mente, ou corpo-alma, é muito provável que a grande procura das camadas populares pelas igrejas hoje signifique alguma espécie de busca pela resolução dessas questões.

## **Relacionando o apoio social com a religiosidade popular**

Há de se ter cuidado com a interpretação das ações das classes populares e sua relação com a religião, pois o que pode ser visto como tentativa de resolver exclusivamente um problema material poderia bem ser o resultado da vontade de viver a vida da maneira mais plena possível. Poderia também ser o resultado de procurar uma explicação, um sentido, algo que torne a vida mais coerente – justamente uma das propostas do apoio social.

É nesse sentido que cabe tentar explicar o extraordinário crescimento da presença das classes populares nas igrejas de todas as religiões, principalmente nas chamadas “evangélicas” ou “pentecostais”. Atrás dessa procura está também o próprio processo de crescimento da urbanização, juntamente com o conseqüente aumento das demandas dos bens coletivos e individuais, e, ao mesmo

tempo, a dilapidação dos direitos sociais e humanos. Machado observa que a falta de apoio institucional nesta época de mudanças sociais intensas faz com que essas igrejas ofereçam um “potencial racionalizador”, isto é, um sentido para a vida. Mariz, por sua vez, comenta a frágil presença dos partidos políticos, associações e o próprio Estado de Bem-Estar entre os pobres e que as religiões oferecem grupos de suportes alternativos e criam motivações para fazer frente à pobreza.

Assim, a busca simultânea por parte de grande parcela das classes populares pelo alívio dos seus sofrimentos e pela solidariedade e conforto do apoio social justifica as palavras de Fernandes: “Abaixo da linha d’água, move-se um vasto conjunto heteróclito de articulações... em contextos de religiosidade e magia que são não-governamentais, sem fins lucrativos, e no entanto, informais” (p. 26). E neste contexto a palavra “alívio” pode ser compreendida em dois sentidos: alívio temporário do sofrimento físico e mental, e alívio do castigo a um determinado órgão do corpo pelo estresse.

Certamente alguns líderes religiosos procuram utilizar suas igrejas como forma de enriquecer ou de angariar votos para seus candidatos. No entanto, não é uma explicação satisfatória a tantos brasileiros estarem procurando as igrejas, em particular as evangélicas e pentecostais. Quantos outros grupos no Brasil gostariam de fazer o mesmo com as classes populares e não conseguem? Há de se procurar outra explicação, que relativize a participação dos líderes religiosos. Possivelmente poderia ser o que Finkler chama de “símbolos emocionalmente densos que sejam derivados da experiência coletiva daqueles que sofram” (FERNANDES, 1994, p. 110-111). Centros espiritualistas e cinco milhões de fiéis no México, a respeito do sucesso das curas



espirituais com sofrimentos crônicos de uma forma que a biomedicina não é capaz de igualar, atenuam a dor, quando não a eliminam, e ajudam as vítimas do sofrimento a tornar suas vidas mais toleráveis e significativas. Aqui é possível fazer novamente uma relação com a discussão do apoio social, onde “tornar a vida mais significativa” se remete ao “controle sobre seu próprio destino” e ver “mais coerência e sentido na sua própria vida”. Cabe perguntar, inclusive, dentro da perspectiva da proposta de apoio social, se as melhorias no estado de saúde desses fiéis não vêm mais do fato de “estarem juntos continuamente no mesmo espaço físico” do que da ação isolada do líder religioso.

## **Apenas uma questão de apoio social ou trata-se de uma outra lógica?**

Há de se ter cuidado com a pretensão de querer compreender a questão da religiosidade popular exclusivamente a partir da lógica da teoria do apoio social. Certamente essa teoria tem muito a nos ensinar sobre as formas de lidar com o sofrimento difuso ou com as doenças crônicas, mas deve-se ter cautela ao utilizar essa lógica como única forma de explicar a busca das igrejas e da religião pelas classes populares. Tal metodologia pode resultar em ajustar um fenômeno muito complexo a uma teoria que ajuda muito, mas não necessariamente dá conta de todas as variáveis envolvendo as classes populares e a religiosidade popular.

Cristian Parker sugere que uma reinterpretação do processo de modernização na América Latina

contribui para a compreensão da religiosidade popular manifestada pelas classes populares. Como se sabe, o processo de modernização trata da introdução do processo de industrialização juntamente com a melhoria significativa dos meios de comunicação e transportes no fim do século XVIII e no início do século XIX, principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Nesse sentido, o processo de modernização foi parte integral da revolução industrial e obedece a uma lógica baseada principalmente nos insumos de ciência e racionalidade técnica. O que é importante para essa discussão é que o processo de modernização que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental resultou no que se pode chamar de produção de um conforto mínimo para a maioria das populações naquelas regiões do mundo. É por essas razões que se fala, no bojo do processo de modernização, que se processou também o fenômeno da secularização. A secularização pressupõe a relativização e secundarização da religiosidade como visão de mundo, justamente pela crescente hegemonia do método científico, da racionalidade técnica e da incorporação da maioria na sociedade de consumo.

O processo de modernização na América Latina se manifesta de forma diferente do ocorrido nos Estados Unidos e na Europa. Os resultados desse processo não representam uma melhoria nas condições de vida da maioria da população. Em virtude disso, as mudanças na mentalidade religiosa não implicam, como Parker observa, uma relativização ou secundarização da fé das classes populares. Ou seja, apesar de todas as mudanças num país como o Brasil, a população continua com uma perspectiva religiosa muito profunda a ponto de ser confundida com um sentido comum popular.

Numa postura crítica relativa aos discursos modernizantes sobre o prometido progresso para todos, Parker chama atenção para o fato de que no bojo dessa nova interpretação existem pesquisas que indicam que a religião popular é uma das características mais importantes da cultura das classes populares latino-americanas. Neste sentido, a religião popular pode ser descrita como uma forma particular e espontânea de expressar os caminhos que as classes populares escolhem para enfrentar suas dificuldades no cotidiano. Essa observação de Parker pode ser uma pista para compreender uma suposta “falta de interesse” nas questões políticas e nos partidos chamados progressistas. Há “falta de interesse”, ou há a possibilidade de as classes populares quererem manter distância porque os políticos não compreendem sua cultura, principalmente no tocante à religiosidade popular?

O resultado desse enorme crescimento de desemprego juntamente com a combinação de miséria (favelas e moradores de rua) e prédios de luxo é, de acordo com Parker, a imagem de um mundo que não mais permite mudanças para as classes populares. Ou seja, na concepção das classes populares, há poucas evidências para elas que vão sair do estado de pobreza.

Parker nos mostra que a questão mais fundamental da religiosidade popular é a crença de que há um Deus pai e criador que não se esquece dos seus filhos. Trata-se de uma experiência de vida, parte da cultura popular, que explica a vida, e é o que a sustenta.

Diante dessa visão das classes populares de que há pouco espaço para elas saírem da pobreza, culturalmente a religião popular desempenha vários



papéis: criar uma identidade mais coesa entre elas, ajudar a enfrentar as ameaças, ganhar novas energias na luta pela sobrevivência e reforçar uma resistência cultural que, por si só, reforça também a busca da religião como solução.

Neste sentido, a pobreza e a miséria, às quais as classes populares já estavam sujeitas antes do aparecimento do processo de globalização, vêm se agravando depois do reajuste neoliberal. O intenso incentivo a consumir faz com que se busque uma saída: pelo consumo simbólico (televisão e vídeo), pelos jogos ou drogas, ou pelas práticas e ritos mágico-religiosos.

Assim, a questão religiosa das classes populares não deve ser vista como uma questão tradicional e arcaica. Não se trata apenas de constatar a frequência das classes populares nas igrejas, mas de perceber esse fenômeno num sentido cultural, ou seja, do ponto de vista de grande parcela das classes populares em que há, de fato, uma providência divina.

Numa proposta semelhante à de Martins, Parker vê a religiosidade popular como protesto simbólico, principalmente em face de conjunturas onde outras formas de protesto não são vistas e sentidas por elas como possíveis. Neste sentido, esse "protesto" não é sempre visível, mas trata-se de estratégias de sobrevivência onde a busca pelo sobrenatural tem a ver com a solução de problemas imediatos e cruciais e não um investimento numa vida depois da morte. São estratégias de sobrevivência que as classes populares adotam dentro de uma sociedade que lhes nega oportunidades de trabalho e os seus direitos legítimos.

A fé em Deus e na Virgem Maria dá um sentido para a vida. O espaço das manifestações religiosas (igreja,

centro, templo) oferece uma eficácia simbólica onde as classes populares podem buscar um consolo e encontrar energias morais para enfrentar a incerteza permanente de como superar a falta de trabalho e de comida.

A fome e miséria são tão agudas que as classes populares freqüentemente vivem no que Parker chama de “imediatismo”, “presentismo”, onde a busca de uma solução sobrenatural para a subsistência da família é uma forma de solução adequada à realidade. Como na discussão sobre as categorias de “previsão” e “provisão”, não se pensa no futuro (previsão) porque todas as energias estão mobilizadas para evitar a sensação de fome que já havia no passado e para garantir a subsistência no dia de hoje (provisão). E a busca da ajuda “sobrenatural”, na realidade, é também uma estratégia de sobrevivência, pois alivia as tensões e angústias, permitindo dessa forma que se busquem soluções concretas para a preservação da vida. Na visão de Parker, recorre-se à Virgem Maria como forma de garantir as energias para superar o momento de desespero e não um meio de garantir um espaço na vida depois da morte.

Certamente muitos mediadores da classe média poderiam perguntar se tal comportamento de muitas das classes populares não impede que haja uma visão política mais combativa e uma organização capaz de pressionar as autoridades a tomarem as medidas necessárias para atenuar essa miséria e pobreza aguda. Mas essa busca do sobrenatural para resolver os problemas urgentes podem culturalmente ser a forma mais “racional” diante da avaliação da “política” como sendo uma forma de as classes dominantes garantirem seus privilégios.

Se nós reconhecermos que a religiosidade popular, de fato, é parte integrante da cultura das classes populares, faz sentido a afirmação da Madel Luz de que os pobres continuam até hoje com uma cosmovisão que entende que os homens não são separados da natureza e que o corpo não se separa da alma. Uma visão aparentemente tradicional que paradoxalmente coincide com uma concepção em discussão hoje de que as doenças têm sua origem no desequilíbrio emocional causado pelo estresse a partir dos muitos problemas de sobrevivência que as classes populares enfrentam hoje.

Dentro de uma perspectiva de uma educação popular transformadora, é necessário distinguir entre propostas de saúde alternativa “individualizantes” das classes média e alta e os caminhos coletivos das classes populares, criados a partir das suas condições de vida. Certamente, os caminhos alternativos percorridos pelas classes populares para aliviar seus problemas de saúde são diversos. Tanto pela questão da unidade corporeamente quanto pela perspectiva do apoio social, o caminho da espiritualidade e da religião parece despontar como uma das trajetórias principais. A questão, descrita anteriormente, de “engolir sapos” ou de desabafar pode ser uma pista de compreender melhor o “uso” que as classes populares fazem das igrejas, especialmente as igrejas que desenvolvem cultos onde o gritar e o cantar alto são uma constante. O curta-metragem *Santa Cruz*, de João Salles, demonstra bem a autonomia com que os moradores de um bairro periférico de Santa Cruz, Rio de Janeiro, tomaram conta da igreja iniciada pelo ex-metalúrgico e agora pastor Jamil. Pastor Jamil tem um forte desejo de um dia poder participar dessa “entrega ao Espírito Santo”, podendo também entrar em transe e acumular energias



morais para enfrentar os problemas de sobrevivência. Por enquanto, desempenha a tarefa de administrar a igreja, abrindo e fechando as portas para uma população que já sabe o que procurar naquele espaço.

Se a nossa época está voltada para os fantásticos progressos da pesquisa científica relacionada com a medicina, trata-se também de um curto período da história da humanidade (aproximadamente trezentos anos). Durante a maior parte dessa longa história da humanidade, no entanto, a magia, a religião e a cura quase sempre andavam juntas.

As mais de duas décadas de ditadura militar e inflação elevada fizeram suas contribuições para que o Brasil fosse um país com um dos maiores índices de desigualdade no mundo e para que se instalasse a crise de saúde já referida acima.

Uma das grandes surpresas reservadas à humanidade durante o século XX foi o ressurgimento da religião no mundo inteiro. Coincidência ou não, manifesta-se também na segunda metade do século XX um desencantamento com o que se conhece como medicina moderna ou *high tech*. E neste sentido, começa a voltar à cena uma complementaridade que existia durante uma grande parte da humanidade, que é a da religião com a saúde. Tudo indica que há vários fatores contribuindo para a volta desta relação religião-saúde. A urbanização massiva que vem ocorrendo no planeta, principalmente a partir de imigrações e migrações, significa para muitos a perda de um lugar seguro no campo ou no interior e a necessidade de recompor a vida e a identidade.

É freqüente que os mediadores progressistas – militantes, profissionais, políticos – demonstrem dificuldades e conflitos com a relação que as classes

populares mantêm com a questão religiosa. Se, por um lado, o debate sobre a existência ou não de Deus não parece mais um obstáculo na discussão política, por outro, a inclusão da questão religiosa incorpora, com poucas exceções, apenas a proposta da Teologia da Libertação defendida com menos espaço no Brasil hoje pelas alas progressistas da Igreja Católica. Quando as propostas de outras religiões, tais como as pentecostais ou evangélicas, são abordadas, é freqüente que seja por um prisma de categorias como as de “manipulação” e “alienação”.

Mas a dificuldade de compreender o que os membros das chamadas classes populares estão dizendo ou fazendo – por exemplo, no caso das igrejas já referidas – pode estar relacionada mais com um problema de postura do que com questões técnicas como, por exemplo, lingüísticas. A questão da postura estaria relacionada com a dificuldade em aceitar que as pessoas humildes, pobres, moradoras da periferia são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade, e dessa forma, fazer opções que apontam para possíveis melhorias em suas vidas.

É bem provável que estes setores da população tenham enorme lucidez sobre sua situação social. Mas perceber essa situação pode significar também compreender que uma melhoria significativa seja uma ilusão. Neste sentido, a crença em melhorias e numa solução mais efetiva para a pobreza pode apenas ser um desejo, embora importante, dos mediadores comprometidos com a classe média.

Se a argumentação acima procede, é possível que um dos grandes problemas para os profissionais, pesquisadores e militantes seja a forma com que as

classes populares encaram sua vida, existência marcada, cercada de pobreza e sofrimento. É possível que a relação que os profissionais freqüentemente estabelecem com a população acabe sendo a cobrança de uma busca permanente de uma sobrevivência mais racional e eficiente. A frase tão conhecida dos Titãs pode estar indicando, no entanto, um outro enfoque: “A gente não quer só comer. A gente quer prazer para aliviar a dor”. Neste sentido, a construção de aparências, que pode ser entendida como a construção de sonhos, não deve ser vista como uma forma apenas de “escapar da realidade”, mas pode estar indicando uma concepção mais ampla de vida. “Prazer para aliviar a dor”, então, pode assumir vários sentidos para a população, distintos dos sentidos que têm para a classe média. Certamente, um dos sentidos é o de que a vida vale a pena viver, mesmo dentro de uma perspectiva de que não se pode vislumbrar uma saída no futuro para o sofrimento e a pobreza que se aturam diariamente. Se, por um lado, este enfoque pode ajudar a compreender por que é possível passar fome para comprar uma TV ou experimentar o êxtase com o futebol, o álcool ou os jogos de azar, por outro também ajuda a compreender por que as religiões, sejam elas do catolicismo popular, do espiritismo kardecista ou afro-brasileiras, oferecem muitas vezes uma eficácia simbólica de resultados concretos em matéria de bem-estar.

Martins observa que Satriani dá a entender que a cultura popular, para poder se afirmar neste mundo do vencedor, utiliza a duplicidade, o duplo código, onde o afirmar e o negar, onde a interpretação coerente e a ilusão se encontram na mesma frase. Ou como diz a Marilena Chaui, é possível que haja uma profunda inconformidade escondida atrás de uma postura de fatalismo.



Martins sugere que a cultura popular é uma teoria imediata, com um conhecimento que já foi acumulado que permite que as classes populares sistematizem, interpretem e expliquem a realidade. Neste sentido, o aparente absurdo para o profissional é uma lógica clara para a população.

Finalmente, a idéia da cultura popular como memória da alternativa deveria ser pensada no contexto da dificuldade que uma grande parcela dos pobres tem de poder agir somente dentro de um quadro previamente delimitado; tem sentido então a mudança numa forma de milagre, ou como pensa Chaui, a possibilidade de uma realidade no interior da existente. Para o desespero de muitos pastores e padres das igrejas católica e protestantes, trata-se do rompimento da ordem previsto por um esforço da imaginação.

## Referências bibliográficas

- BERMANN, S. *Trabajo precario e salud mental*. Córdoba: Navajo Editor, 1995.
- BONALUME NETO, R. Pesquisa revela "mapa" do estresse. *Folha de São Paulo*, 1º Caderno, 15/01/98, p. 14-15.
- BOSI, E. (org.) *Simone Weil. A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CASSELL, E. J. An epidemiological perspective of psychosocial factors in disease etiology. *American Journal of Medicine*. vol. 64, n. 11, 1974, p. 1040-1043.
- \_\_\_\_\_. *The Healer's Art*. Nova York: J. P. Kippincott Company, 1976.
- CESAR, W. Sobrevivência e transcendência. Vida cotidiana no pentecostalismo. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, n. 1-2., nov. 1992, p. 46-59.
- CHAUÍ, M. Notas sobre cultura popular. In: *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1990.

- COX, H. *Fire from Heaven. The Rise of Pentecostal Spirituality and the Reshaping of Religion in the Twenty-first Century*. Nova York: Addison-Wesley, 1995.
- ENG, E.; HATCH, J.; CALLAN, A. Institutionalizing Social Support Through the Church and into the Community. *Health Education Quarterly*. vol. 12 (1), 1985, p. 81-92.
- ESCÓSSIA, F.; GRILLO, C. Rico ganha tanto quanto 50 pobres. *Folha de São Paulo*, 29/04/2000.
- EVERS, T.; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro (org.) *Cidade, povo e poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FERNANDES, Ruben César. *Privado porém público. O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FINKLER, K. *Spiritualist Healers in Mexico – Successes and Failures of Alternative Therapeutics*. Nova York: Praeger, 1985.
- GENRO, T. Globalitarismo e crise da política. *Folha de São Paulo*, 25/03/97, 1ª Caderno.
- KARK, J. D *et al.* Does Religious Observance Promote Health? Mortality in Secular vs Religious Kibbutzim in Israel? *American Journal of Public Health*. vol. 86, n. 3, mar. 1996, p. 341-346.
- LAURELL, A. C. Para el estudio de la salud em su relación com el proceso de producción. In: *Taller Latinoamericano de Medicina Social. Asociación Latinoamericana de Medicina Social*. Medellín, 1987, p. 61-94.
- LUZ, M. T. *A arte de curar versus a ciência das doenças*. São Paulo: Dynamis, 1996.
- MACHADO, M. D. C. *Carismáticos e Pentecostais. Adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: Anpocs/Editora Autores Associados, 1996.
- MARIZ, C. L.; MACHADO, M. D. C. Pentecostalismo e a redefinição do feminino. In: LANDIN, L. (org.) *Pentecostes e Nova Era: fronteiras, passagens*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Religião (Iser), Série Religião e Sociedade, 17/1-2, 1994.
- MARTINS, J. S. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MC EWEN, B. S. Protective and Damaging Effects of Stress Mediators. In: *The New England Journal of Medicine*. vol. 338, n. 3, 15/01/98, p. 171-79.

**O que a saúde tem a ver com a religião?**

- MINKLER, M. Building supportive ties and sense of community among the inner-city elderly: The Tenderloin Outreach Project. *Health Educational Quarterly*. vol. 12, n. 4, 1985, p. 303-314.
- PARKER, C. *Religião popular e modernização capitalista. Outra lógica na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RODRIGUES, J. C. *Ensaaios em antropologia do poder*. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.
- VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*. Suplemento 1. Rio de Janeiro, 1999.
- \_\_\_\_\_. A crise da compreensão é nossa: Procurando compreender a fala das classes populares. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 22, n. 2, 1997.
- \_\_\_\_\_. Apoio social e saúde: buscando compreender a fala das classes populares. In: COSTA, M. V. (org.) *Educação popular hoje*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 151-180.
- VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. (org.) As respostas do movimento popular ao "estado de emergência permanente". In: *Educação, Saúde e Cidadania*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 87-98.
- VASCONCELOS, E. M. Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. In: VALLA, V. V. *Participação popular e controle de endemias*. *Cadernos de Saúde Pública*. Suplemento 2, vol. 14, 1998, p. 39-58.
- VENTURA, M. Amar protege o coração. *Jornal do Brasil*, Caderno Vida, 28/01/98, p. 1-3.